

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS**  
**(Processo Administrativo n. 59400.000648/2024-00)**  
**ELETRÔNICO nº 90011/2024**

**COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE FINANCEIRA DA PROPOSTA**

A empresa **MG CONSTRUCAO, MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 36.999.552/0001-00, neste ato representada por MARIA DAS GRAÇAS BARROS, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 039284732010-0 e do CPF n.º 103.354.393-49, vem por meio deste, se pronunciar e apresentar sua alegação quanto ao tocante da Exequibilidade da Proposta. referente ao **Pregão de nº 90011/2024**, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de motorista de veículos (CBO 7823-05), categoria B, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (jornada de 40h semanais), de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste edital..

Preliminarmente cabe ressaltar que o preço proposto para Pregão em epígrafe, é devidamente exequível, pelas razões que segue:

A licitação destina-se – especialmente no caso do pregão do tipo menor preço selecionar a proposta que acarrete o menor desembolso possível para os cofres públicos. Logo, não há sentido em desclassificar proposta sob fundamento de ser muito reduzida.

Não obstante, trazemos nesse discursão à capacidade de gerenciar tais serviços, de acordo com contratos de mesmo vulto e complexidade, tal afirmativa é comprovado pelos atestados e contratos apresentados, com objeto idênticos ou similares, deste que está sendo licitado, com a devida natureza de serviços continuados de mão de obra.

Vale ressaltar, que tais contratos, possuem semelhanças com os valores que a Licitação em Epígrafe, atentamos que os serviços são prestados satisfatoriamente, sem haver prejuízo algum para os Contratantes. Quanto a esse aspecto, analisemos as disposições da Instrução Normativa, bem como algumas decisões exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, nexa VII-A, item 9.4, alínea "a)" da Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG.

"9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;(...);

Deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU:

No que se refere à inexecuibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do Estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. (Acórdão 141/2018 Plenário TCU).

Outro fato há ser exaurido e exaltado é a observância que, **MG CONSTRUCAO, MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, aos percentuais de encargos fixados em Lei e Convenção Coletiva, Taxa Administrativa, Lucro e a Manutenção dos valores de Material/Equipamentos e Depreciação na sua planilha de Formação de Preço utilizada.

Ressaltamos quanto a exequibilidade no tocante aos “demais custos”, que é a incidência na taxa de lucro e taxa administrativa, como já colecionado pela Corte do Tribunal de Contas que tal valor é de responsabilidade da empresa, portando não podendo ser levado em consideração em tal análise.

A verificação quanto à exequibilidade da proposta passa, sem dúvida, pela avaliação dos principais componentes de custos informados nas planilhas ajustadas, conforme descrito abaixo:

- a) Salários-Base e demais benefícios previstos nas CCT's: foram devidamente observados pela licitante;
- b) Encargos Sociais e Trabalhistas, 13º Salário e Adicional, Afastamento Maternidade, Provisão para Rescisão e Reposição do Profissional Ausente: todos os percentuais fixados legalmente foram observados pela licitante. Em relação às provisões para as quais não há definição normativa, foram apresentados percentuais considerados adequados em função do que se pratica no mercado, levando em conta normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros);
- c) Tributos: os percentuais informados estão em conformidade com a legislação;
- d) Despesas Administrativas/Operacionais e Lucro: Apesar dessa redução nos percentuais, não caberia à área técnica analisá-los de forma isolada, e, com base tão somente nesse parâmetro, considerar a proposta como inexequível, já que tal prática é severamente condenada pelo TCU em diversas decisões e também, em razão desse entendimento sedimentado no âmbito da Corte de Contas, e ainda tais valores encontram-se dentro dos Parâmetros adotados e Praticados na Celebração de Novos Contratos Administrativos com a Administração Pública. O TCU também já se manifestou inúmeras vezes acerca das questões que envolvem a definição do percentual do lucro e deixou transparecer seu entendimento de que cabe aos proponentes estabelecerem seus próprios limites, por sua conta e risco, computando seus custos e a margem de lucro e não ao pregoeiro ou qualquer agente público;
- e) Dos custos relativos ao item de Insumos: Segue Anexo.
- f) No valor proposto na Proposta Devidamente Adequada ao Último Lance, permanece com os valores exequíveis para tais itens, visto que não há dúvidas ou obscuridade, nos valores, uma vez que estes encontram-se dentro do Preço de Mercado, sem haver qualquer tipo de aumento que comprometa o cofre público. É importante mencionar primeiramente que a apresentação da planilha com detalhamento dos custos unitários e totais de cada item é uma exigência prevista no instrumento convocatório. Sua importância surge dentro do contexto de avaliação da proposta, quando se necessita da maior quantidade de informações possíveis para fundamentar sua análise a respeito da composição de custos desse item de despesa e, portanto, atrelamos a valores praticados para tanto seguem em anexo comprovantes a esta solicitação que contempla todos os custos. Tal planilha possibilita a identificação pela área técnica dos valores cotados para esses materiais, como elemento auxiliar do processo de exame global da exequibilidade da proposta encaminhada, sem poder, por si só, ser utilizada como instrumento de desclassificação da proposta.

Obs: Declaramos que temos quantidades suficientes de Insumos para execução do objeto licitado, conforme segue comprovantes, além de que, alusivo as planilhas de custos, os itens uniformes e epi's e equipamentos o licitante declara em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo, dessa forma o valor inserido torna-se o preço da manutenção dos mesmo com fulcro no § 3º, Art. 44, da Lei 8.666/93.

É igualmente importante destacar que as ponderações apresentadas não são meras tentativas de barganhar ou até mesmo frustrar o Certame, e sim de Apresentar a Administração Pública uma proposta justa e de acordo com os valores propostos no mercado de trabalho, ressaltamos que o excesso de formalismo acarretará prejuízos ao erário, fato este que vai de encontro com princípios basilares do processo licitatório.

Após análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta.

Declaro, ainda, que não existe quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer minha capacidade de realizar o serviço em torno do objeto desta licitação, estando a minha empresa totalmente apta a fornecer o serviço.

Além disso, estamos cientes das normas de segurança e exigências legais relacionadas a execução do serviço em torno. Comprometemo-nos a cumprir rigorosamente todas as normas e regulamentos pertinentes, visando a segurança dos nossos colaboradores, bem como a integridade do projeto em si.

Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas ao serviço em questão, e temos plena ciência das consequências de não cumprir com as nossas obrigações contratuais.

Certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participar desta licitação e manifestamos nosso interesse em fornecer a mão de obra para o **DNOCS**.

Sendo assim, solicito que esta declaração seja considerada como parte integrante da minha proposta para licitação em questão.

São Luis/MA., 09 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

**MARIA DAS GRAÇAS BARROS**

**CPF n.º 103.354.393-49**

**RG n.º 039284732010-0**